



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### Instrução Normativa nº 01 de 06 de janeiro de 2025.

Instruí sobre os procedimentos para efetivação da Renovação e Matrícula nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Educação Básica, para o ano letivo de 2025.

A Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições institui estratégias para a renovação de matrículas dos estudantes da Rede Municipal de Educação em suas Instituições de ensino.

#### **Resolve:**

**Art. 1º.** Apresentar orientações para procedimentos a serem adotados para realização da renovação e matrículas de novatos para os/as estudantes de sua Rede de Ensino.

**Art. 2º.** O processo de renovação e matrícula é de responsabilidade dos pais ou responsável, no caso do estudante menor de idade, e do estudante, caso este seja maior de 18 anos, sob a orientação e o acompanhamento da secretaria escolar.

**Art. 3º.** Fica vedado o condicionamento da matrícula ou rematrícula ao pagamento de qualquer taxa ou contribuição, ou ainda, qualquer exigência de ordem financeira e material, inclusive aquisição de uniforme ou material escolar.

### CAPÍTULO I DA RENOVAÇÃO

**Art. 4º.** A renovação da matrícula será realizada presencialmente nas Instituições de Ensino no período de **02/12/24 a 10/01/25**.

**Art. 5º.** Na ocasião da renovação da matrícula, obrigatoriamente, deverão ser atualizados os dados necessários para a formalização desta, tais como, nome completo, nome social, endereço com CEP da rua, contato, cor/raça e demais informações pertinentes, a fim de viabilizar o atendimento ao preenchimento do Censo Escolar, Busca Ativa Escolar e outros.

**Parágrafo único.** No ato da renovação os pais e/ou responsável deverá comparecer com seu documento com foto e comprovante de residência (últimos 03 meses) a fim que seja atualizado os dados na pasta do estudante.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 6º.** A Gestão e Secretário(a) Escolar das Unidades de Ensino são os responsáveis por garantir a efetivação da renovação da matrícula e outros procedimentos correlatos, exigindo a apresentação da documentação necessária e inserindo as informações corretas, mantendo, desta forma, a base de dados sempre atualizada, garantindo que os dados sejam precisos e fidedignos.

**Art. 7º.** A divulgação do período de rematrícula será realizada pela Secretaria Municipal de Educação através de mídia local e pelas próprias Instituições de Ensino.

**Art. 8º.** O horário de atendimento para a realização da rematrícula está diretamente vinculado ao horário de funcionamento de cada Instituição de Ensino.

**Art. 9º.** Fica a cargo da Instituição de Ensino a elaboração de calendário próprio de renovação de matrícula, de acordo com as turmas/ horários existentes na Instituição de Ensino.

**Art. 10º.** Em observação aos casos dos pais ou responsáveis que não compareceram a Instituição de Ensino no período de rematrícula, orienta-se que a equipe gestora entre em contato com a família, esgotadas todas as alternativas deve ser informado pelo agente comunitário da escola a não renovação dos estudantes de 04 a 17 anos no site <https://plataforma.buscaativaescolar.org.br/login>, a fim de assegurar o direito constitucional à educação e assim realizarmos o enfrentamento da evasão escolar.

**Art. 11º.** Garantindo a transparência na divulgação de vagas de acordo com a Lei nº 14.685 de 20/09/23, o setor de matrículas da Secretaria Municipal de Educação, organizará uma lista de espera única na educação básica da rede de ensino, sendo o encaminhamento de acordo com as vagas disponíveis.

**Art. 12º.** A transparência de turno somente ocorrerá mediante requerimento dos pais do estudante ou responsável legal, ou do estudante, quando maior de idade, observada a conveniência didático-pedagógica e existência de vaga.

## CAPÍTULO II DA MATRÍCULA PARA NOVATOS

**Art. 13º.** A matrícula da Rede Municipal de Ensino 2025 deverá ser realizada na unidade de ensino, pelo Gestor e/ou Vice, Secretário Escolar e/ou Assistentes Administrativo Educacional, assegurando a igualdade de acesso ao estudante,



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

apresentando disponibilidade de vagas para novatos, após realizar a reorganização do atendimento de sua demanda escolar, obedecendo às seguintes etapas:

- I. Levantar a capacidade instalada da unidade de ensino;
- II. Coletar, registrar e analisar a situação de todas as turmas existentes em 2024;
- III. Analisar as situações, dando prioridade de vagas, quando possível, ao estudante que reside nas proximidades da Unidade de Ensino.

**Art. 14º.** A efetivação de matrícula do estudante novato dar-se-á respeitando a legislação em vigor e mediante apresentação dos seguintes documentos e pasta do aluno:

- I. Histórico escolar da escola de origem para o ingresso do estudante a partir do 2º ano do Ensino Fundamental ( Anos Iniciais), 2ª, 3ª e 4ª fases da EJA (não devendo conter emendas e/ou rasuras), ou declaração provisória válida por 15 dias;
- II. Xerox dos seguintes documentos;
  - a. Certidão de nascimento ou casamento;
  - b. Comprovante de residência com CEP da rua;
  - c. CPF e/ou RG para estudantes maiores de 18 anos;
  - d. Carteira de vacinação;
  - e. RG e CPF dos pais ou responsável pelo estudante, menores de 18 anos;
  - f. Folha resumo com número do NIS do estudante e responsável, emitido pelo setor do Cad Único ou pelo site <https://cadunico.dataprev.gov.br/#/home>;
  - g. Cartão do SUS;
  - h. 02 (duas) fotos recentes e iguais, tamanho 3x4;
  - i. Cópia do tipo sanguíneo e fator rh, conforme Lei Nº 15058 de 03/09/2013;
  - j. CPF da criança ou adolescente , conforme Resolução CNE nº 01 de 15/01/2018.

**§ 1º** A instituição, ao incluir as informações de certidão de nascimento e CPF em seus cadastros, deverá observar que a não declaração dessas informações não impedirá a realização da matrícula dos estudantes.

**§ 2º** A não apresentação das fotos, cartão do SUS, cartão de vacinação, número do NIS e tipo sanguíneo/ fator rh não devem ser considerados como fator impeditivo para a efetivação da matrícula.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**§ 3º** As instituições no ato da matrícula, deverão incluir a informação de cor/raça em seus cadastros de estudantes e de profissionais de educação, deverão adotar a categorização dos padrões utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - branco, pardo, preto, amarelo e indígena - e observar a obrigatoriedade de preenchimento dessa informação, instituída pela Resolução CNE nº 01 de 15/01/2018.

**Art.15º.** Deve-se anexar no ato da matrícula, na documentação do estudante do CMEI/Creche, o preenchimento e assinatura da Ficha de Saúde, Termo de Compromisso, Termo de Autorização de uso de imagens das crianças e Questionário Socioeconômico.

**Art.16º.** Nas Unidades de Ensino onde houver a formação de turmas de Educação Infantil, a matrícula obedecerá à seguinte idade cronológica, em conformidade com a Resolução nº 02 de 09/10/2018 - CNE:

- I. Na Creche - Crianças de 02 e 03 anos, completos até o dia 31 de março de 2025;
- II. Pré-escolar I - Crianças com 04 (quatro) anos completos ou a completar até 31/03/2025;
- III. Pré-escolar II - Crianças com 05 (cinco) anos completos ou a completar até 31/03/2025.
- IV. O ingresso do estudante no Ensino Fundamental deverá ocorrer quando completar 06 anos até o dia 30/06/2025, em conformidade com a LEI Nº 15.610, de 06/10/2015.

**Art. 17º.** Na educação de Jovens e Adultos, a matrícula será efetivada para o estudante com, no mínimo, 15 anos completos no ato da matrícula, conforme a Resolução 07/2010 CNE, Parecer CNE/CEB nº 06/2010 e Resolução CNE/CEB nº 03/2010, devendo atentar para:

**§ 1º** Estudantes dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental com 15 anos completos, poderão ser matriculados em escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos no período noturno.

**§ 2º** A matrícula de estudantes menores de 18 (dezoito) anos, no turno noturno, somente poderá ocorrer com autorização expressa dos pais e/ou responsáveis.

**§ 3º** Obrigatório a coleta de dados do CPF na matrícula inicial para o sistema educenso, na Educação de Jovens e Adultos.

**Art. 18º.** O número de estudantes, por turma, obedecerá ao quantitativo estabelecido nesta instrução:



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

NÍVEL/MODALIDADE	Nº DE ESTUDANTES POR TURMA
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
CRECHE	20 ALUNOS
PRÉ-ESCOLAR I E II	25 ALUNOS
<b>ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS</b>	
1º ANO	25 ALUNOS
2º E 3º ANO	30 ALUNOS
4º E 5º ANO	35 ALUNO
<b>ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS</b>	
6º AO 9º ANO	40 ALUNOS
<b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>	
EJA I E II	25 ALUNOS
EJA III E IV	35 ALUNOS

**Parágrafo único.** Quando se tratar de matrículas da Educação no Campo, poderá haver adequação do número de alunos por turma, considerando condições locais e observando o Parecer CNE/CEB 08/2010.

**Art. 19º.** A matrícula para alunos novatos na Rede Municipal dar-se-á no período de **15/01/2025 a 30/01/2025**, será realizada presencialmente nas Instituições de Ensino de acordo com o horário de atendimento de cada Instituição.

**Parágrafo único.** A matrícula é condição primária para garantia do direito à educação, sendo mecanismo de inclusão para a matrícula a qualquer tempo. Os pais e/ou responsáveis têm direito a realizar matrícula na Rede Municipal a qualquer período, de acordo com as vagas remanescentes.

**CAPÍTULO III**  
**DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Art. 20º.** A educação Especial tem como público alvo os(as) estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

**Art. 21º.** A inscrição no Cadastro Escolar para o(a) estudantes com Deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento ou com Altas Habilidades/Superdotação

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

deverá ser realizada pelo pai, pela mãe, por responsável pelo(a) estudante menor, ou pelo(a) próprio(a) estudante, quando maior de 18 (dezoito) anos.

**Art. 22º.** A matrícula na Educação Especial da Rede Pública Municipal deverá ser efetivada em turmas do ensino regular de todas as Escolas Municipais e, também, ser ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), este último no contraturno da escolarização, em atendimento aos dispositivos contidos no Decreto Federal nº 7.611/2011.

**Art. 23º.** Em nenhuma hipótese será exigido do pai ou responsável pelo(a) estudante da Educação Especial laudo médico como pré-requisito para a efetivação de matrícula, de acordo com as orientações emanadas do Decreto Federal nº 7.611/2011 e da Nota Técnica nº 04/2014 MEC/SECADI/DPEE.

**Parágrafo único.** Caso o pai ou responsável apresente, no ato da matrícula, laudo médico que diagnostique a situação do(a) estudante, este deverá ser anexado à sua documentação de matrícula e encaminhado para coordenação inclusiva a fim de possível encaminhamento do profissional de apoio para estudantes com deficiência.

**Art. 24º.** Aos(Às) estudantes com deficiência intelectual ou transtornos globais do desenvolvimento matriculados na escola, tendo sido comprovada a necessidade de auxílio nas atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, será assegurado profissionais de apoio na forma de garantir o acesso e a permanência desses(as) estudantes na Escola.

**Art. 25º.** Aos (Às) estudantes surdos(as), cegos(as) e com baixa visão ou surdo-cegos(as) serão assegurados(as), respectivamente, de acordo com a deficiência, professor(a) intérprete, professor(a) brailista e guia - intérprete.

## **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 26º.** Os(As) estudantes, travestis e transexuais maiores de 18 (dezoito) anos, poderão solicitar a inclusão do nome social nos registros escolares, no ato da efetivação da matrícula, ou a qualquer momento, assegurado pelo Decreto Federal nº 8.727/2016.

**§ 1º** Entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se identificam e são identificados pela sociedade.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**§ 2º** Os(As) estudante menores de 18 (dezoito) anos, podem solicitar a inclusão do nome social, nos registros escolares, no ato da efetivação da matrícula ou a qualquer momento com a assistência dos seus pais ou responsáveis, conforme o disposto no artigo 142 e no Parágrafo Único do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**§ 3º** A expedição de documentos de escrituração escolar contemplará, concomitantemente, o registro do nome social e o registro do nome civil, sendo este último, para fins administrativos internos.


**Art. 27º.** Conforme o art. 14, § 1, da Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais - LGPD, visando resguardar as crianças e adolescentes deve-se existir consentimento de um dos pais e/ou responsável a fim de ser divulgado a imagem e/ou voz em redes sociais e/ou mídias eletrônicas escolares.

**Art. 28º.** As crianças e adolescentes em atendimento pelo Programa Federal de Assistências às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, deve-se resguardar e preservar a imagem e identidade destas famílias, assegurando na Instituição de Ensino a frequência e permanência da criança ou adolescente.

**Art. 29º.** Para os estudantes matriculados no Ensino Fundamental, na inexistência de documento comprobatório de escolaridade anterior, o aluno deverá ser submetido a processo de avaliação para classificação no ano adequado de escolaridade, conforme orientação da Diretoria Municipal de Ensino, em consonância com a LDB 9394/1996.

**Art. 30º.** Compete ao Gestor(a) cumprir e fazer cumprir o que determina a presente Instrução Normativa, no âmbito de sua jurisdição.

**Art. 31º.** Os casos não previstos nesta Instrução serão tratados pela Secretaria Municipal de Educação de Gravatá.

  
Joselma Soares da Silva Melo  
Secretária Municipal de Educação